

Luiz Augusto Soares Mendes ¹

RESUMO

O presente texto coloca-se como uma proposta ensaística que discorre acerca das questões da negritude, da racialidade e dos efeitos psicológicos do racismo, a fim de apresentar uma proposição de desconstrução do racismo estrutural no Brasil. O objetivo do ensaio é descortinar as “inovações” das práticas racistas e as suas possibilidades de reinvenção perante o racismo estrutural, que persiste na contemporaneidade de nossa sociedade. Nele, utilizamos como abordagem a perspectiva decolonial, seguindo um percurso metodológico que parte da análise de discursos racistas e vai ao encontro de reflexões e de bibliografias antirracistas, a partir de levantamento documental e de notícias de jornais, bem como de dados demográficos e da descoberta de pesquisas e de trabalhos acerca das práticas “sociorracializadas” da cultura e das dimensões “psiquicorraciais” no Brasil. Como resultado, observamos um país altamente patriarcal, classista, homofóbico, capacitista, misógino e racista, mas que sua população possui uma diversidade racial, social, cultural e humana que precisa ser reposicionada social e racialmente.

Palavras-chave: Racismo daltônico, pensamento racial, sociodiversidade, eretismo afetivo.

ABSTRACT

This text is presented as an essay proposal that disagrees on the issues of blackness, raciality and the psychological effects of racism, in order to present a proposal for the deconstruction of structural racism in Brazil. The objective of the essay is to uncover the “innovations” of racist practices and their possibilities for reinvention in the face of structural racism, which persist in contemporary society. In it, we use the decolonial perspective as an approach, following a methodological path that starts from the analysis of racist discourses and meets anti-racist reflections and bibliographies, based on documentary survey and newspaper reports, as well as demographic data and discovery of research and work on the “socio-racialized” practices of culture and “psycho-racial” dimensions in Brazil. As a result, we observe a highly patriarchal, classist, homophobic, ableist, misogynist and racist country, but its population has racial, social, cultural and human diversity that needs to be socially and racially repositioned.

Keywords: Colorblind racism, racial thinking, sociodiversity, affective erethism.

INTRODUÇÃO

“Enxergo todos com as mesmas cores: verde e amarela!”

“Quando teremos o Dia da Consciência Branca?”

Iniciamos este debate com a transcrição de duas frases racistas! Essas frases colocam-se como desafios, porém com a plena concepção de que as escutamos mais vezes do que

¹ Professor do Instituto Ciberespacial da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Contato: luiz.mendes@ufra.edu.br.

desejamos, pois são proferidas em diferentes construções, por milhares de brasileiros, no decorrer da semana ou Dia da Consciência Negra², ou mesmo no cotidiano, quando temas pertinentes ao movimento social negro são colocados em pauta.

Com frequência, ouvimos esse tipo de “discurso” em vários momentos, inclusive, recentemente, escutamos esta frase racista em uma reunião de preparação para a Semana da Consciência Negra em uma Escola da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará, situada na Região Metropolitana de Belém: “Não tem cabimento essa reunião, pois deveria ser Semana da Consciência Humana! E não Negra!” A frase foi proferida por uma coordenadora pedagógica branca e defendida por outro professor, também de pele branca.

O destaque da cor da pele, nesse contexto de desvalorização racial, possui repercussão e dimensão sociorracial nas quais se coloca como critério de divisão e como dispositivo de desigualdade no mundo ocidental, de modo que as pessoas brancas não são atacadas cotidianamente com abordagens, olhares e tratamentos que causam “estresse racial”, mas negros, sim. Logo, para as pessoas de pele branca ocorre a proteção desse tipo de “estresse”. O estresse de cunho “racial”, reservado à população negra, reflete como são expressos os pensamentos racializados no Brasil, responsáveis por reproduzir, há mais de 522 anos, a ideia daqueles que são “merecedores das dignidades, vantagens e méritos”, conforme aponta Diangelo (2018, p. 23).

Percebemos que tais falas acontecem de forma recorrente e se perpetuam, bem como se reinventam, junto com os dois polos de orientação neurótica que dominam a sociedade, mostrados por Fanon (2008), ao trabalhar essa perspectiva na teoria dos “polos raciais” – um é o polo “preto” e o outro é o polo “branco” – e eles performam nossas formas de enxergar, pensar, pesquisar, observar, sentir e, sobretudo, amar. Deste modo, buscaremos, além de interpretar tais polos, propor rupturas conceituais e atitudinais, mostrando que essa polaridade não é imanente, em outras palavras, que esses polos não dependem um do outro e, além disso, são antagônicos, pois geram desconforto racial em uma parte da sociedade, na qual prevalece a superioridade profunda internalizada. Em um desses polos, persistem duas grandes formas de degradação humana, que são as neuróticas e as psicológicas.

Nessa conjuntura, buscamos evidenciar como as dicotomias construídas pelas ciências parcelares e pela formação dos pensamentos científico, social, cultural, cristão e ocidental

² A Lei nº 10.639/2003 além de inserir diretrizes curriculares para a inclusão da temática e de assuntos acerca da cultura afro-brasileira e africana na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), criou o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado anualmente na data de 20 de novembro em homenagem à morte do mártir na luta antirracista no Brasil, Zumbi dos Palmares.

modernos se perpetuam em ideias dúbias e dicotômicas. Na trajetória da ciência, não foram construídos conceitos e discursos dialéticos, muito menos relações de sinonímias, porém ela foi fortemente carregada de antonímias. Combatendo esse processo, propomos a contestação dessa ideia de necessidade da existência da dialética dos contrários, da existência de um polo racial para a existência do outro, ou mesmo de posições dialógicas, visto que não há lógica no racismo e na exclusão por conta da cor da pele e, muito menos, na continuidade de um pelo outro, em uma existência que um se beneficia, escraviza e segmenta o outro ser.

Portanto, a presente construção origina-se de algumas reflexões e questionamentos acerca de conceitos, práticas e problematizações racistas recorrentes no Brasil – um país que faz perpetuar o racismo e a dinâmica racial de subalternização e de inferiorização da população negra na história. Este ensaio questiona todas essas dimensões racializadas, que, conseqüentemente, necessitam ser reconstruídas e reposicionadas a partir da proposição de uma ontologia negra.

Desta forma, o objetivo desta reflexão é descortinar as “inovações” das práticas racistas e a sua possibilidade de reinvenção perante o racismo estrutural que persiste no Brasil contemporâneo. Para atingir tal objetivo, utilizamos uma abordagem *decolonial*, seguindo um percurso metodológico que parte de falas sociais acerca do racismo e vai ao encontro de bibliografias antirracistas, bem como de levantamento documental acerca da temática racial, como uso de notícias de jornais, de dados demográficos e de descobertas de pesquisas e trabalhos acerca das práticas “sociorracializadas” da cultura e das dimensões “psiquicorraciais” no Brasil.

Para tanto, o presente texto está estruturado em três subcapítulos, nos quais buscamos expor as dimensões teóricas do psicanalista Frantz Fanon (2008), apresentando uma interpretação do conceito de eretismo afetivo e do que seria a linha de orientação neurótica que serve como base para o pressuposto da reposição ser negro como uma forma de ontologia do negro e da negritude. No segundo subtópico, explicamos a ideia de racismo daltônico, conceito definido por Robin Diangelo (2018), que se coloca como uma renovação fulcral do racismo estrutural na contemporaneidade. Por fim, no último subtópico, apresentamos a concepção pós-marxista de “campo cego”, de Henri Lefebvre (2019), para propormos outros modos, vivências, práticas e epistemes de um mundo não racializado, não patriarcal, menos classista, sem homofobia e sem misoginia.

**A LINHA DE ORIENTAÇÃO NEURÓTICA E O ERETISMO AFETIVO:
(RE)POSIÇÕES DO NEGRO E DA NEGRITUDE**

O racismo está na base da formação e da construção social de todos os seres humanos, conformando-se desde os primeiros lugares de sociabilização da criança até a consolidação da sua dimensão psíquica, emocional e cultural, sobretudo na matriz do pensamento dos seres humanos, na fase adulta. Para Freyre (2009), a socialização como efeito de tornar-se social está relacionada à assimilação de hábitos culturais e de aprendizados, visto que ela, a socialização, é a condição do indivíduo como ser biologicamente desenvolvido, isto é, que é envolvido em uma organização social e cultural.

A pessoa socializada faz a aquisição de *status* e de situações de trocas relacionais com membros do mesmo grupo ou de grupos diferentes, e essa concepção, segundo Durkheim (2011), coloca-se como um processo de socialização que é desencadeado por meio de uma complexa rede de relações sociais estabelecidas entre os indivíduos ao longo de sua vida, condicionando a vivência do ser humano em todas as fases de sua existência. O autor defende que a educação é também uma socialização do jovem, da criança e do adolescente, realizada por adultos, colocando-se como um processo conformado desde a infância, que se dá por meio do repasse e da difusão de normas, de valores e de hábitos dos grupos sociais que envolvem o ser humano.

Neste sentido, ao associarmos a socialização da criança às práticas de racismo, podemos observar que o racismo é colocado como um traço de perversão na “formação cultural” do indivíduo, culminando em uma espécie de “tradição desumana” transmitida de pais para filhos nas mais diferentes sociedades – seja nas desenvolvidas, segundo os critérios econômicos, seja na realidade de países emergentes, como a do Brasil, mesmo diante da construção da falsa e ideológica “democracia racial”.

Como resultado de uma espécie de “institucionalização histórica” do racismo estrutural, consideramos “natural” pais ou responsáveis agirem no sentido de difundir valores e normas racistas em seus filhos, por meio da educação familiar, precisamente quando praticam a identificação de um dos amiguinhos da escola como “aquele/a amigo/a pretinho/a”, por exemplo, momento em que passam a forjar pessoas racistas. Segundo matéria da revista Gedelés (2013), é com essa postura que o adulto, “ainda que não queira” (ponto de questionamento, pois indaga-se até que ponto essa prática não é intencional?) começa a produzir o racismo em seu/sua filho/filha, fazendo essa criança adotar a diferenciação de pessoas pelo tom da pele, iniciando, a partir de então, suas práticas racistas, pois o dispositivo racial passa a fazer parte do repertório psíquico formativo da criança.

É o momento do nascimento do racismo na mente e na concepção psíquica em formação da criança. Ela aprende, nessa conversa “despretensiosa”, o signo da distinção de seus colegas

com as pessoas pela cor da pele, entendendo que se sua referência de educação, família, princípios e valores assim o faz, desenvolverá um sistema em que também deverá fazer essa distinção. A cor da pele passa a ser um dispositivo e fator a partir do qual ela vai se relacionar com as pessoas, seja em seus relacionamentos familiares, profissionais, de amizade ou mesmo amorosos.

E se o “pretinho” é o diferente no seu círculo de convivência, não será muito difícil para que a criança atribua a ele um valor negativo no grupo. Ela, que nunca repararia na questão da cor da pele (se não fosse o adulto que se referiu à criança como àquele “pretinho”) também criará outros dispositivos de distinção social, como altura, estrutura corporal, cabelo, cor dos olhos, sexualidade, classe econômica, vestimentas etc. O momento de nascimento do racismo rompe na mente das crianças as ideias de igualdade, equidade e mesmo de liberdade, pois nos “lobos frontal e temporal” diversas formas de diferenciação social passam a existir: classismo, meritocracia, homofobia, sexismo, machismo, misoginia, capacitismo, xenofobia e outras.

Ao tratar do racismo, Fanon (2008, p. 66) trabalha com o conceito de “eretismo afetivo”, concepção que consiste na separação e na propulsão dos desejos do ser humano por polos. É um processo de bilateralização, uma tentativa de aquisição por interiorização de valores originalmente proibidos. A tentativa do sujeito negro de ser branco, em suma, trata-se de uma aspiração para ser admitido no mundo branco. O sujeito negro pensa na sua condição e na sua posição, com isso, inconscientemente, nos seus relacionamentos, passa a apresentar certa obsessão ao propor e sentir amor, bem como outros sentimentos, perante uma pessoa branca. Segundo o referido autor, na proposição do amor para com o outro sujeito branco, um/uma negro/negra se comportaria como “escravo de sua inferioridade”.

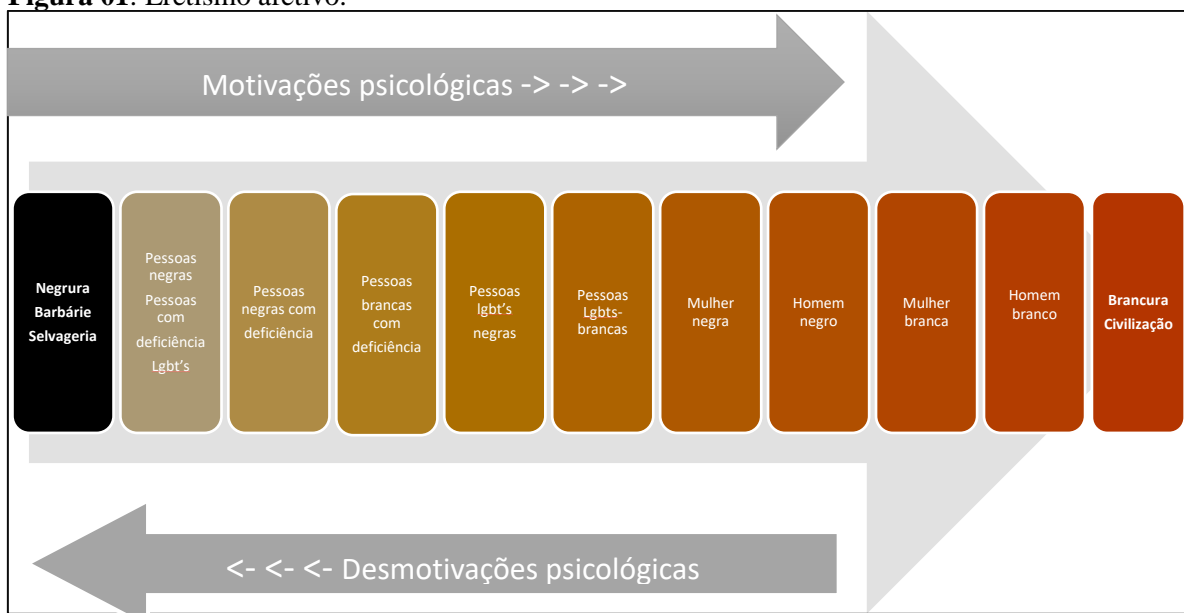
Diante dessa concepção, buscamos ilustrar o eretismo afetivo por meio da construção de uma *linha de orientação neurótica*, que consiste na aplicação de como outras formas de amor não se constroem, devido à difusão de diversas posturas preconceituosas que são disseminadas na vida (in)completa do ser, partindo da dimensão amorosa e afetiva até chegar ao ódio e à desumanização do humano (FANON, 2008). Todas as formas de preconceitos foram inseridas nessa “escala (des)afetiva”, na qual a dimensão do corpo e suas limitações se colocam como proposições para desvelar como funcionam nossos relacionamentos de sociabilidade, assim como amorosos e afetivos, todos atravessados por conta da cor da pele, perpassando pelas afetividades entre o mesmo gênero, finalmente, sendo segmentados pelos quesitos deficiências físicas e mentais.

A **figura 01** é um diagrama que busca didatizar o eretismo afetivo, fundado nas permissões e não permissões das dimensões que autorizam e/ou desautorizam as relações



amorasas de casamento e de afetividade ou até mesmo um simples ato de se relacionar casualmente com uma pessoa em uma balada. Na direção de “para onde se pode amar” (motivações psicológicas) e/ou para “onde não se pode amar” (desmotivações psicológicas), mostramos como o casamento autorizado e o padrão da beleza do homem branco e da mulher branca são permitidos e colocam-se como elementos estéticos e heréticos do belo, inscrevendo-se como “reais”, como exemplificados nos anúncios de jornais, revistas e na reprodução social do matrimônio.

Figura 01: Eretismo afetivo.



Organizado pelo autor com base em Fanon (2008).

No diagrama, construímos a linha de orientação neurótica, composta por onze quadros que chamamos de quadros de motivações psicológicas para os relacionamentos. Situando a primeira motivação psicológica, a dos casamentos/relacionamentos amorosos entre homens e mulheres brancas, os dados do censo do ano de 2010 revelam que 70% dos casamentos no país ocorrem entre pessoas da mesma cor, sendo que as mulheres pretas são as que menos se casam, registrando-se em apenas 7% da população que contrai matrimônio. Os fatores renda, educação e cor da pele são levados em consideração para a realização matrimonial na sociedade contemporânea, logo, pensar em renda e baixa escolaridade como uma condição muito presente na realidade da população negra ajuda a situar o baixo número de casamentos entre negros, sobretudo quando se trata das mulheres pretas deste país.

Ao mesmo tempo, na segunda motivação psicológica, constatamos que mesmo a mulher sendo branca, no posicionamento de motivação social, ela se situa atrás do homem branco, devido à formação social patriarcal, machista e misógina enraizada por meio da “educação

tradicional”, comumente empregada em casa, na família e na escola e que, conseqüentemente, se reverbera na sociedade. Pensar no papel da “mulher” e do “homem” na sociedade, na família e mesmo nas relações de trabalho demanda (mas não se limita) que observemos aspectos que dizem respeito à diferença salarial entre homens e mulheres.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam que a diferença de remuneração entre homens e mulheres voltou a crescer no Brasil no ano de 2023. Realidade que apresentava queda até o ano de 2020, com um crescimento registrado em 2022, atingindo 22% de elevação do valor remuneratório salarial para as pessoas do sexo masculino. Na realidade, esses dados demonstram que uma mulher brasileira recebe, em média, 78% do que ganha um homem, fato que nos possibilita confirmar a diferença da relação salário e gênero no Brasil.

Conseqüentemente, ainda no posicionamento de motivação social, após as mulheres brancas estão os homens negros (heterossexuais), que pouco ou raramente conseguem se relacionar com mulheres brancas, mas que possuem desejo de concretização dessa “relação ideal”. Poucos homens negros conseguem realizar esse desejo, apesar de ser “fetiche” do homem negro a “mulher branca, loira e dos olhos azuis e/ou claros”. Os poucos que conseguem “acessar essa caixa de motivação psicológica” e os que a desejam devido sua ascensão econômica são aqueles que atingiram certa posição econômica e/ou midiaticizada importante, por isso casam-se com mulheres brancas e, conforme Fanon (2008), são aceitos como “brancos”, passando, então, a acessar os espectros de motivações psicológicas e sociais mais próximos da “civiltude da brancura”.

Às mulheres negras resta a solidão, a solteirice ou mesmo a profanação de seus corpos, vendidos como estandartes sexuais nas escolas de samba, na televisão, nos filmes, nos comerciais e no cotidiano do fetiche sexual e da ideia do que seja destinado ao “sexo para as negras” ou ainda “o sexo e as negras³”. Dados do censo demográfico de 2012 (IBGE, 2010) mostram que mais da metade das mulheres negras brasileiras (52,52%) não vivem em uniões e/ou relações amorosas, independentemente de seu estado civil. Números que revelam aquilo que muitas pesquisadoras estudam em diversos estados do país: as mulheres que estão solteiras

³ Era um seriado, intitulado o “Sexo e as Negras”, produzido pela Rede Globo de Televisão no ano de 2014 foi televisionado às sextas feiras para todo o Brasil. Escrito por Miguel Falabella (branco), o seriado foi inspirado no seriado norte-americano “*Sex & the City*”, que narra os relacionamentos íntimos de quatro amigas financeiramente emancipadas e bem-sucedidas em Nova York. Mesmo antes da sua estreia o seriado recebeu duras críticas e manifestações de boicote por diversas organizações dos movimentos negro e feminista. Na noite de estreia da série, um grupo de cerca de 100 manifestantes protestou contra a sua exibição em frente à sede da Rede Globo em São Paulo.

Fonte: <https://jornalcomunicacao.ufpr.br/o-racismo-a-brasileira-de-sexo-e-as-negas/>. Acesso em 30/10/2013.

Essas mães solo registram os maiores índices de solidão. Elas possuem um gênero, uma cor e um estereótipo: mulher, negra e “gorda”. Esses dados mostram como os quadros do erotismo afetivo são mais cruéis com a mulher negra em sobrepeso e as afastam da civilização, da felicidade e do amor.

Diante disso, essas dimensões nos aproximam daquilo que trata Foucault (2022), isto é, de que o controle da sexualidade e dos corpos é utilizado como um dispositivo de poder que regula o controle do ato sexual e das expressões corporais daqueles que “fogem” dos comportamentos padrões criados pela sociedade, conforme o nascimento biológico: masculino e feminino. Por isso, para as pessoas negras, para as pessoas LGBTQIAP+ e para as pessoas com deficiências, o casamento é um tabu, pois produzir uma família aceita socialmente torna-se mais difícil do que para os casais heteronormativos. “Porém é mais difícil ser LGBTQIAP+ de pele branca do que um LGBTQIAP+ de pele negra”, neste aspecto, precisamente, mesmo que possamos divergir das questões de gênero em relação à sexualidade LGBTQIAP+, assim como em relação às motivações psicológicas e em relação à cor da pele, ainda há esperança, pois o casamento entre pessoas do mesmo sexo atingiu a marca de 67.938 mil celebrações desde a sua permissão legal, ocorrida no ano de 2013. Em 2022, esse número alcançou o segundo lugar entre os anos que mais tiveram cerimônias, com 11.945, devido à alteração do Código Civil, por projeto de Lei e por decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2011⁴.

Além do quesito sexualidade como dispositivo de controle e de poder (por não seguirem as orientações neuróticas do corpo biológico, que perpassa pela hipersexualização do falo masculino, bem como da vulva, dos seios e da “bunda” feminina), sobressai o corte no quesito cor da pele, perpassando toda a não aceitação de outras expressividades sexuais e afetivas da população negra, condicionada ao não amor, pois, como afirma Fanon (2008), o homem negro, a quem se ensinou apenas “amor branco”, não pode amar de outra forma, ou seja, é necessário que ele reproduza um “amor branco” heterossexual, jamais um amor negro ou ainda um amor negro homossexual. Não fomos ensinados a amar de outra forma, a não ser da maneira branca e heterossexual! E o que é o amor negro?

Fanon (2008) afirma que o “amor verdadeiro” e real requer para os outros aquilo postula para si próprio, em outras palavras, beleza, liberdade e brancura. O escritor e filósofo ressalta

4 Como o Brasil é homofóbico, cristão e patriarcal, recentemente foi aprovado na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 580/2007 que quer proibir o casamento homoafetivo e a união estável entre pessoas do mesmo sexo e cria uma outra modalidade de união civil, em plena vigência de um governo que fora eleito tendo como base os movimentos sociais, sobretudo o LGBTQIAP+.

que quando essa postulação de amor se integra aos valores permanentes da realidade humana, para ele requer-se a mobilização de instâncias psíquicas fundamentalmente liberadas de conflitos inconscientes. Nessa dimensão, fomos forçados a enxergar a beleza branca dos olhos azuis e verdes; a beleza da pele branca; a beleza do cabelo loiro e ruivo; a beleza dos lábios e narizes finos. E são esses os fenótipos do amor?

Existe uma medida da beleza na pele clara, que, para Fanon (2008), atribui ao preto nariz grande, cabelo cacheado e ondulado, boca carnuda e olhos negros, bem como atribui ao seu comportamento a produção de algo que parece se “assemelhar a um tipo de “neurótico obsessivo”, por se colocar em plena neurose situacional, de modo que, pelo fato de ser “de cor”, muitas vezes, esse sujeito tenta fugir da sua individualidade e aniquilar-se, para se fazer presente em diferentes estruturas da sociedade. Se, ao sujeito negro, essa situação coloca-se como negação de sua humanidade e de sua civilização, às pessoas negras portadoras de deficiência tais dimensões são mais agressivas do que às pessoas brancas com deficiência.

Nesse ponto da análise do quadro de motivações psicológicas, chegamos ao tema do capacitismo, que se coloca como uma das formas de preconceito contra a pessoa com deficiência, pois são pensamentos que se pautam na construção social de um corpo padrão, em outras palavras, sem deficiência. E ela não é uma pessoa? A normalidade de um “corpo padrão” o atribui perfeição e capacidades ilimitadas, porém, ao corpo com deficiência ocorre a subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de suas limitações.

Além das motivações psicológicas que determinam a exclusão com base nas condições biológicas, acrescenta-se ao contexto do sujeito negro o fator socioeconômico, pois a condição econômica e de renda das famílias negras é inferior à das famílias brancas. Ainda não há dados que associem questões de renda-família-raça-pessoas com deficiência, porém, nos dados que associam família-renda-raça, é possível constatar que, no mercado de trabalho, a população negra e parda é mais subutilizada que a população branca.

Os dados do IBGE (2023) mostram que, em relação à ocupação de cargos gerenciais, a população negra ocupa cerca de 29,95% desses cargos, enquanto pessoas brancas ocupam 68,6% das vagas. Em relação à taxa de subutilização de forma geral, as pessoas brancas são menos subutilizadas em relação às pessoas pretas e pardas, prevalecendo uma diferença de 18,8% (brancos) e 29,0% (negros e pardos). Quanto à força de trabalho desocupada, observamos que brancos aparecem em 43,9% e pessoas negras em 54,6%. Essa diferença na realidade brasileira mostra que, quando se trata da subutilização das pessoas com ensino superior, a subutilização de negros chega a 66,1% contra 32,7% da população branca.

A relação raça-trabalho-renda aprofunda-se em todas as dimensões, pois em relação à população desocupada, são 34,6% da população branca contra 64,25% da população negra e parda. Quanto aos rendimentos médios reais habituais relacionados ao trabalho principal das famílias negras, a população negra ganha em reais R\$1.608,00, enquanto nas famílias de pessoas brancas a renda é de R\$ 2.796,00, uma diferença de mais de mil reais. Por meio desses dados, chegamos à reflexão da forma problemática como pessoas negras (com rendimentos menores) irão dar suporte e oferecer uma rede de apoio às crianças e aos jovens com deficiências e necessidades de atendimento especializado.

É notório que as pessoas com deficiência necessitam de mais cuidados, de mais recursos e de mais atenção em clínicas e, muitas vezes, de mais remédios. Dado que demanda maior investimento por parte da família, tanto do ponto de vista da renda quanto do ponto de vista do tempo. As famílias com mais recursos irão contratar cuidadores, médicos, terapeutas ou mesmo comprar todos os equipamentos e utensílios necessários para o bem-estar dessas pessoas, em alguns casos, irão adaptar suas residências para cuidar devidamente delas. Além do mais, quanto à educação, certamente irão buscar por escolas com atendimento especializado. Muitas vezes, irão recorrer a hospitais, a médicos e a cuidadores que possam ofertar toda uma gama de conforto para essa pessoa com deficiência.

Por outro lado, isso não deve ocorrer com as pessoas com deficiência oriundas de famílias pobres e negras, pois grande parte dessas famílias não possuem recursos para possibilitar conforto, assistência e auxílio ao desenvolvimento social, moral e cognitivo da pessoa negra com deficiência. Essa pessoa cresce cortada e segmentada por diversas dimensões que limitam sua existência, implicando quadros raciais e de acessibilidade bem complicados.

Por fim, entendemos que quanto mais nos afastamos da branquitude e da brancura, mais os processos de motivações psicológicas são complicados para uma socialização completa da pessoa, que, em termos de entendimento do diagrama anterior, se situará muito mais próxima de um “ser que deve ser odiado”, localizada, portanto, no quadro da barbárie e da selvageria. Desta forma, considerando essa realidade, nos questionamos: Como deve ser a vivência de uma pessoa negra com deficiência e LGBTQIAP+ neste país? Como se dá sua socialização desde a infância frente às limitações de sua sociabilidade?

Nas realidades brasileiras, nas quais a assimilação de hábitos culturais, bem como o aprendizado social dos sujeitos são medidos por dimensões excludentes do tipo centro x periferia, rico x pobre, homossexualidade x heterossexualidade, homem x mulher, preto x branco e outros, devemos pensar, de início ao fim, as existências dos indivíduos, seus aprendizados, a interiorização de ideias, de princípios, de regras e de valores dessa sociedade.

Para entendermos um pouco mais essa dimensão de polos sociais que nos colocam em formações e desmotivações psicológicas, situaremos, no tópico seguinte, mais ainda as redefinições do racismo no Brasil e mesmo no mundo.

DIMENSÕES DO RACISMO DALTÔNICO

Para compreendermos as estruturas raciais do país e como ocorreu a não socialização humana do negro no Brasil, igualmente sua não visualização e entendimento no mundo moderno-colonial, sobretudo no ocidente, buscamos entender a construção do racismo e seu processo de reestruturação, compreendendo que a população negra foi colocada à margem da formação social do que entendemos como humanidade, de forma que os sujeitos negros foram despossuídos de qualquer meio e condição material de existência e de reprodução social desde o final do século XV, como aponta Quijano (2005).

Souza (2021) afirma que, além de dominar estética, moral, econômica e tecnologicamente os povos colonizados na América Latina, muitos países ocidentais de tradição europeia precisaram criar dispositivos de controle moral e psicológico para impor aos povos colonizados. Para o autor, a dimensão moral serviu como “a cereja do bolo do pacote de envenenamento do ‘dominador/colonizador’, promovendo a ideia de ‘modernização do território’”, pois não somente convenceu os próprios negros e os indígenas de que o Norte Global era mais inteligente, bonito, superior e honesto, como também lhes incutiu a ideia de serem povos colonizados.

Nesse movimento, incutiu-se na (de)formação social latino-americana a concepção de que os negros, os indígenas e os mestiços eram feios, ignorantes, preguiçosos, indolentes, corruptos e indignos de confiança. Essas representações estão muito próximas das ideias de Quijano (2005), quando explica as condições nas quais os afro-americanos e indígenas foram inseridos no processo colonização da tríade renda-capital-trabalho, que conseguiu colocar dimensões de controle e acesso às populações negras e indígenas. Ao negro, impôs-se a condição de escravo e cativo, ao indígena, a condição de servo, em contrapartida, ao branco, a condição de produtor e proprietário fundiário, bem como os títulos de nobreza e os cargos da administração pública.

Dessa forma, o projeto moderno-colonial instituiu, desde o século XVI, a exclusão e o racismo às populações indígenas e africanas, dimensões que se perduram até os dias atuais. Entendemos que essas secções apresentam a estrutura de surgimento do racismo estrutural, que se reinventou com o passar dos séculos. Na contemporaneidade, Diangelo (2018) afirma que o racismo estrutural se reinventa e se apresenta com diversas faces, condições, simbologias,

linguagens e expressões. Para explicar esse processo, a autora apresenta o conceito de racismo daltônico.

Nos estudos de Diangelo (2018), são apresentados conceitos e ideias que classificam as formas como o racismo se adapta no decorrer do tempo, contornando as normas modernas, as práticas e as políticas, resultando em efeitos raciais iguais ao do passado, porém não explicitados como dimensões racistas, ao menos em um primeiro momento. Diante disso, é importante situar que todos os sistemas de opressão são adaptativos, resistem e se ajustam aos desafios colocados, porém continuam insistindo em propagar a desigualdade.

Diangelo (2018, p. 66) classifica o racismo como um sistema de opressão que, ao se reinventar no século XXI, forjou outras formas de oprimir pessoas negras. Dentre os conceitos definidos pela estudiosa, aparece a concepção de racismo daltônico, uma dimensão psicanalítica, linguística e cultural de fingir não perceber a raça e, dessa forma, o racismo não existiria. O daltonismo racial surgiu nos Estados Unidos, porém se adapta e penetra no seio da sociedade brasileira, quando um conjunto de pessoas admite que a solução para promoção da igualdade racial e do próprio racismo é não ver a raça dos sujeitos, ou, caso alguém a veja, não deveria fazer o menor sentido.

Essa pressuposição coloca-se como uma forma de opressão, pois, ao afirmar que um indivíduo que confere importância à raça é que é racista, ou seja, é racista quem reconhece a raça, as frases que estão na epígrafe deste artigo, proferidas por pessoas consideradas influentes no cenário político e cultural, normalmente são difundidas em um país no qual o conservadorismo com base no classismo, nas religiões cristãs, no patriarcalismo e no domínio racializado de enxergar, de produzir ideias, culturas, formações, linguagens e concepções é ainda é muito latente.

Neste sentido, pensar em uma ideologia daltônica, em que se finge não ver a raça, é não se dar conta da realidade, das diferenças de tratamento entre brancos e negros, negros e negros, brancos e indígenas, negros e indígenas e diversas outras formas de mestiçagem que conforma os Brasis. Não perceber e não querer visualizar a racialidade dificulta a nossa socialização racial, pois nem sempre as intenções são boas, visto que se colocam fora do campo do aparente.

Essencialmente na sociedade brasileira, o racismo continua enraizado e profundo, de modo que mensagens, crenças, associações, superioridades, direitos, percepções e sensações continuam reproduzindo a lógica racista. Diangelo (2018) afirma que a ideologia daltônica do racismo dificulta as pessoas de entenderem que o léxico é racista, que as crenças inconscientes de associar as religiões de matriz africanas a espectros ruins ou diabólicos partem de uma lógica

racista, mas intencional, pois não julga a religião pela cor dos seus devotos e membros, mas sim pela sua crença. Uma forma de racismo religioso criada e praticada por racistas.

Um olhar simplista parece indicar que o viés racial é inconsciente, mas ele segue a estratégia de “interromper” o racismo, porém com má intenção, pois, na prática, essa estratégia serve para negar a realidade do racismo e mantê-lo intocado. O racismo daltônico prevalece como prática diária, como pode ser observado na maneira como inúmeras pessoas negras são segregadas ou maltratadas em seus locais de trabalho, seja na seleção, seja nos postos em que ocupam, seja ainda nas funções que desempenham.

Quantos professores negros tivemos na educação básica, fase da nossa infância e adolescência? Quantos médicos, dentistas, professores universitários, arquitetos, engenheiros, advogados e juízes negros conhecemos? E garçons, jardineiros, motoristas, pedreiros, porteiros, agentes de segurança, agentes de limpeza pública e de limpeza urbana negros conhecemos? Creio que um número muito maior de “pardos” e negros estarão presentes nas respostas à terceira pergunta feita. Porém, em vez de acreditar nos resultados, basta olharmos ao nosso redor ao andarmos pela cidade, mas, infelizmente, muitos preferem negar essa realidade e dizer que existem pessoas de todas as tonalidades de pele exercendo atividades consideradas pouco importantes.

Portanto, a prática do racismo daltônico e sua negação faz com que vislumbremos propor o reposicionamento do ser humano, para entendermos a questão racial, para que possamos também entender a importância da discussão e da luta por uma equidade social e esperar a luta do presente, que acontece nas diferentes frentes do Movimento Negro.

DESVENDANDO CAMPOS CEGOS: POR UMA SOCIEDADE ALÉM DO CAMPO VISÍVEL E PELO REPOSICIONAMENTO DO SER NO PENSAMENTO RACIAL

Começamos por entender que precisamos reposicionar o ser humano, para, somente assim, rompermos com os limites de uma sociedade racista, patrimonialista, classista, homofóbica, patriarcal e cristã. É necessário lutarmos por uma sociedade socializável para todos, na qual o ser humano seja, de fato, humanizado. Talvez seja necessária uma reinvenção da sociedade, para a promoção de um ser humano mais equânime, isto é, que valorize o respeito aos iguais, mas que, ao mesmo tempo, entenda e/ou viva a diversidade, a pluralidade, bem como a sociobiodiversidade de forma equitativa.

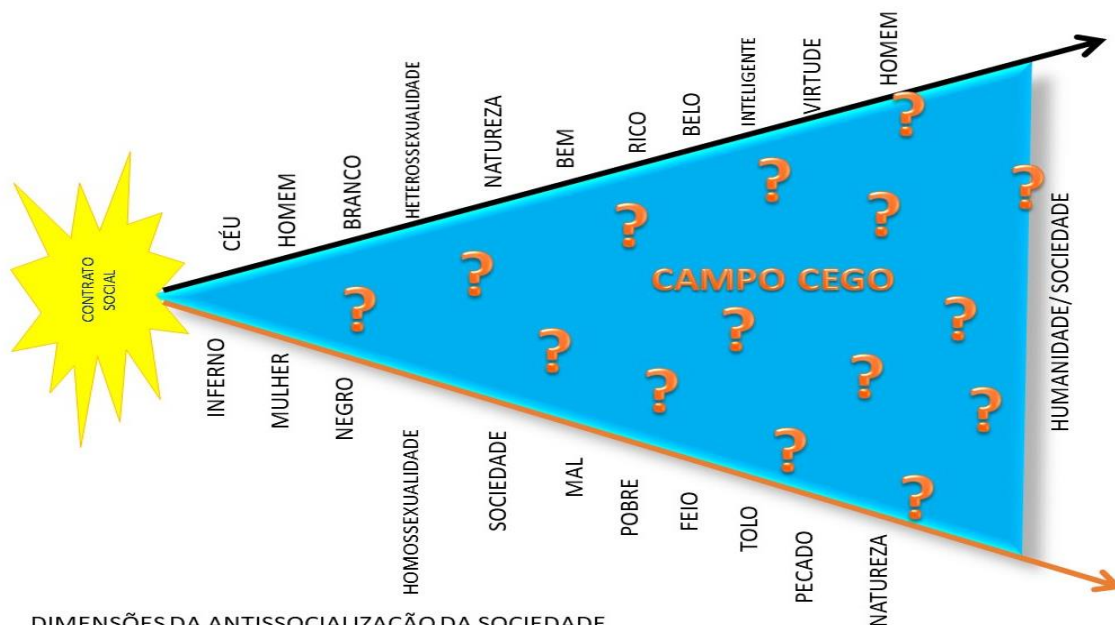
Para esse reposicionamento do ser, precisamos alcançar alguns aspectos que hoje fazem parte das nossas realidades formativas, mas que não constavam nos currículos educacionais, considerando que foram inseridos nos currículos escolares somente a partir da luta do

movimento social, que, por meio de lutas históricas, conseguiu incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) o estudo da cultura e da sociedade afro-brasileira, africana e indígena, por meio das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

No desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca da temática racial, observamos que tal como o Movimento Negro, o LGBTQIAP+ e o Feminista estão por construir uma nova fase da realidade social, humana, cultural e, conseqüentemente, política, pois estão construindo novas formas de pensar, agir e ser no mundo. Comprendemos que a sociedade atual não pensa de forma plural, em outros termos, para a diversidade, ou mesmo de forma dialética. Sempre defendemos que, em termos linguísticos, sabemos mais das antonímias do que as sinônimas, pois nossa formação educacional não consegue compreender a diferença que une os povos, as classes, as sexualidades e os gêneros, de forma a realmente entender suas diferenças, funcionalidades e posição no campo da luta social e política.

Neste sentido, pensamos que os paradoxos sociais não são dialéticos, em termos filosóficos e marxizantes (definidos por Karl Marx), e sim colocam-se como dicotômicos. Para isso, elaboramos o diagrama (**Figura 02**) a seguir, que busca explicar a forma como pensamos, analisamos, falamos e expressamos nossas condições sociais.

Figura 02: Dimensões da antissocialização da Sociedade



DIMENSÕES DA ANTISOCIALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Organizado pelo autor com base em Fanon (2008), Lefebvre (2019) e Rousseau (1998).

Comprendemos que a antissocialização da sociedade tem sua gênese na definição da organização da sociedade moderna pelo Estado burguês moderno-colonial, ao se definir o contrato social (ROUSSEAU, 1998), quando se determinou, também, uma sociedade

Sociedade organizada pelo Estado apenas para a reprodução do capital e do capitalismo e, por isso, representada por um pensamento e por motivações psicológicas duais e antônimas: céu x inferno, homem x mulher, branco x preto, heterossexual x homossexual, natureza x sociedade, bem x mal, rico x pobre, belo x feio, inteligente x tolo, virtude x pecado, homem x natureza.

As formas de pensar e de limitar as concepções psíquicas, emocionais e mesmo linguísticas dicotomizadas estão em toda a nossa formação escolar e científica moderna/colonial, inclusive na Geografia, com sua grande dicotomia Geografia Humana x Geografia Física, entendimento e forma de fazer ciência que a ecologia política deverá resolver, juntamente com as discussões que se travam no âmbito do movimento social e no movimento social de base universitária. Não sabemos, ou, melhor dizendo, estamos aprendendo a entender no que consiste cada uma dessas “dicotomias” que elucidamos na figura 02 – que chamamos de “campo cego”.

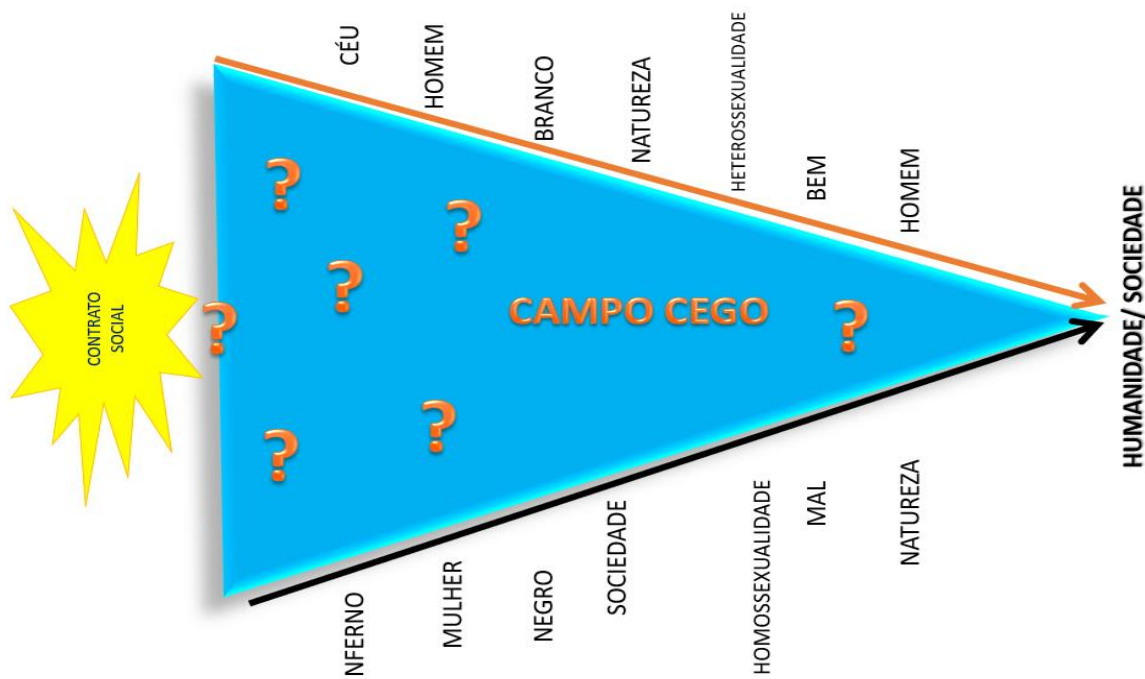
No pensamento de Lefebvre (2019, p. 46), a definição em debate é colocada no plural (campos cegos) e é entendida como uma noção que se encontra e se reencontra várias vezes e que emergirá do pensamento filosófico e científico, consistindo em algo que não se se pode elucidar, no que parece ser insignificante, mas não é, bem como no que parece ser reduzido, recusado, dilacerado, mas não é. O campo cego parece estar no inconsciente, no desconhecimento e no desconhecido, porém ele está nos tempos mentais e sociais passíveis de reflexão.

Entre o preto e branco, o que há? Há a racialidade, a negritude, a branquitude (sua exclusão), a questão indígena etc.!? Entre a homossexualidade e a heterossexualidade, o que há? E entre as sexualidades masculinas e femininas, o que há? Há a diversidade de gênero, a sexualidade, o movimento e suas identidades LGBTQIAP+ e outras? E entre a sociedade e a natureza, o que há? Há o movimento ecológico, a sustentabilidade, a preservação, o retorno à natureza etc.!? Todos esses questionamentos, bem como suas respostas, estão sendo produzidos diante do pensamento filosófico, científico e de seu encontro com o movimento social.

Segundo a dimensão da teoria do campo cego, a resposta a essas questões estão assentadas em condições mentais e sociais, pois são ideologias, utopias e heterotopias, com poder de iluminar, produzir linguagens, metalinguagens, metafilosofias, meteorografias e metarreflexões e uma outra ciência, talvez uma metaciência (LEFEBVRE, 2019, p. 47). Para se chegar nesse mundo utópico, heterotópico de reflexões e ações, devemos romper com a sociedade moderno-colonial e chegar na socialização da sociedade e na humanização dos humanos, como buscaremos ilustrar na **Figura 03**.



Figura 03: Dimensões da socialização da sociedade e da humanização do humano



DIMENSÃO DA SOCIALIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA HUMANIZAÇÃO DO HUMANO

Organizado pelo autor com base em Fanon (2008), Lefebvre (2019) e Rousseau (1998).

No diagrama, apresentamos as ideias de como romper e superar os campos cegos, desconhecidos e descontínuos e que os seus desconhecimentos impedem de reposicionar o ser em um pensamento social completo antirracista, sem homofobia, sem misoginia, sem capacitismo, sem etarismo. A capacidade de desvendar o campo cego social é produzir/ proporcionar novos modos de pensamento, de ação e de vida social, impedindo que posições se reinventem (como o racismo estrutural) a partir do racismo daltônico.

É necessário pensarmos em várias dimensões sociais que nunca foram refletidas, ou puderam expor suas reflexões, pois não podiam falar e imaginar. Torna-se necessário dar visibilidade aos que estão no campo cego da subalternidade, isto é, invisibilizados, sujeitados, periferizados e marginalizados. Lefebvre (2019) define dois polos para entender o campo cego, o polo do cegante e o polo do cegado. O cegante é a fonte luminosa cheia de conhecimento e/ou de ideologias, que projeta luz, que ilumina outros lugares e outras topias.

É necessário iluminar o cegado, que tem o olhar ofuscado, que está na zona da sombra, que deve ser explorado, rompendo as barreiras, as sanções com a possibilidade de transgredir (LEFEBVRE, 2019, p. 47). Neste sentido, entendemos que a concepção do Fanon (2008) de enquadrar a sociedade em dois polos (preto e branco), mostra o campo cegado no qual ainda vivemos – cheio de barreiras, sanções e desconhecimento das proposições sociais.

Detramento racial, alfabetização social, educação antirracista, ensino antipatriarcal e antimisógino são concepções que podem nos ajudar a pensar no campo cegante que a sociedade brasileira necessita. São ideias conceituais e socializadas de rupturas com as dimensões da reinvenção do racismo estrutural que aparece para nossa sociedade como um daltonismo racial que quer aprofundar e manter o racismo como base estrutural da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensaio apresentado coloca-se como um conjunto de ideias, *insights*, sentimentos, ações e concepções construídos no bojo das ebulições sociorraciais de produção de novos campos do conhecimento. Pensar no racismo daltônico e trazer para a realidade brasileira é uma dimensão que se inspira em evidenciar e conjecturar ações contra o preconceito estrutural, que está velado muitas vezes e outras vezes se manifesta de diversas formas no país. Esse racismo se especializa cotidianamente nas ações da polícia, na escolha dos representantes políticos, nas imagens televisivas padronizadas e nos lugares nos quais há expressões artísticas, culturais e religiosas da população afro-brasileira.

O preconceito racial e social polarizado no Brasil coloca-se como uma espécie de “preconceito espacial”, por se materializar igualmente na reprodução espacial das cidades e na busca desenfreada por atacar territórios quilombolas, indígenas e dos mais plurais povos tradicionais do/no interior do Brasil. Nas cidades, os muros, as cercas ou vias de trânsito rápido segmentam negros e bairros pobres, bem como segmentam outras dimensões da vida social, refletindo uma sociedade atravessada por infinitas injustiças, que transfiguram, sustentam e reforçam estigmas territoriais, culturais e espaciais que atingem o psicológico dos seres humanos. E essas (des)motivações psicológicas aparecem em alguns momentos como síntese de diversos preconceitos: de classe, gênero, capacidade, locomoção, idade, sexualidade, raça e etnia.

Portanto, para extirparmos o racismo e seu processo de renovação, devemos compreender o quanto a produção do espaço é preconceituosa com as mulheres, com os negros, com as pessoas com deficiência, com os/as homoafetivos. Dessa forma, cotidianamente comprovamos que as dificuldades começam com a falta de transporte coletivo que respeitem os diferentes corpos, mas não terminam aí. Os desníveis das calçadas para a locomoção de cadeirantes e a falta de espaços para a representação das atividades culturais negras e LGBTQIAP+ comprovam as limitações de um Brasil que deveria ser plural, inclusivo e equânime.

BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

D'ÁVILA, MANUELA. Daltonismo racial: O combate à brutal desigualdade existente no Brasil implica, necessariamente, reconhecer e enfrentar as disparidades raciais e de gênero. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaofrente-ampla/daltonismo-racial/>. Acesso em: 01.08.2022.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 3 ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, mascaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GÉDELES, Portal. **Frases racistas que todo negro já ouviu**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/12-frases-racistas-que-todo-negro-ja-ouviu-na-vida/> Acesso em: 17.06.2022.

HUNTER, Margaret. O problema persistente do colorismo: tom de pele, status e desigualdade. **Revista Sociology Compass**. 1 (1): 237–254., 2007. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1751-9020.2007.00006.x>. Acesso em: 10.05.2023.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Orgs). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 107-128.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

<https://www.geledes.org.br/12-frases-racistas-que-todo-negro-ja-ouviu-na-vida/> Acesso em: 17.06.2022.